



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata da 128ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)**

**Data: 05/07/2022 a 06/07/2022**

1 Nos cinco a seis dias do mês de julho de dois mil e vinte dois, realizou-se 128ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação  
3 do Conselheiro Titular Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com  
4 Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH).  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Maria  
6 do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);  
7 Conselheiro Titular Raul de Paiva Santos, Representante da Associação Brasileira de Saúde  
8 Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente Heithor Zanini Ruiz, Representante da Associação  
9 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Daniel  
10 Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);  
11 Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação  
12 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da  
13 Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheira Suplente Laudeci  
14 Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras  
15 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação  
16 Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente Giovanna Brandão Silva Lima,  
17 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Titular Ester Alves  
18 Pacheco, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);  
19 Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);  
20 Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos

21 de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da  
22 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tradros,  
23 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);  
24 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular  
25 Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular Livia  
26 Moura Delfino dos Santos, Representante da Casa Civil (CC); Conselheiro Suplente Juliana Pires  
27 Gonçalves Cunha, Representante da Casa Civil (CC); Conselheira Titular Denise Santos Aguiar de  
28 Sá, Representante da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (SEC/MTur);  
29 Conselheira Suplente Elisa Cardoso Batista, Representante da Secretaria Especial da Cultura do  
30 Ministério do Turismo (SEC/MTur); Conselheira Titular Deusina Lopes da Cruz, Representante da  
31 Secretaria de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular  
32 Ana Kathya Silva Henriques, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do  
33 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Titular  
34 Katia Maria Guimarães de Andrade, Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global do  
35 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPG/MMFDH); Conselheira Suplente  
36 Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular  
37 Orion Sávio Santos de Oliveira, Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da  
38 Economia (SPrev/ME); Conselheira Suplente Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias,  
39 Representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheiro  
40 Titular Nilton de Melo Vieira, Representante do Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheira  
41 Suplente Ileidiane Carneiro Ribeiro, Representante do Ministério da Infraestrutura (MI);  
42 Conselheira Titular Caroline Menicucci Salgado, Representante do Ministério das Comunicações  
43 (MCOM); Conselheiro Titular Felipe Silva Belluci, Representante do Ministério da Ciência,  
44 Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheiro Suplente Fabio Augusto Lima de Araújo,  
45 Representante da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania (SEE/MC). Ausências  
46 justificadas: Dia 05/06/2022: Conselheira Titular Elize Risseko Fujitani Higuti, Representante do  
47 Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante  
48 da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Suplente Mariluce de  
49 Oliveira Conceição, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW);  
50 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e  
51 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);

52 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos  
53 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);  
54 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações  
55 de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante  
56 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Geziel  
57 Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos  
58 (ONEDEF); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior, Representante da Organização  
59 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Raul de Paiva  
60 Santos, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheira  
61 Suplente Francine de Souza Dias, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
62 (ABRASCO); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,  
63 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG).  
64 Dia 06/07/2022: Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do  
65 Ministério das Relações Exteriores; Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do  
66 Ministério das Relações Exteriores; Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa,  
67 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante da  
68 Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Suplente Mariluce de  
69 Oliveira Conceição, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW);  
70 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e  
71 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);  
72 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos  
73 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);  
74 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações  
75 de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante  
76 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Geziel  
77 Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos  
78 (ONEDEF); Conselheiro Suplente Dylson Ramos Bessa Júnior, Representante da Organização  
79 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da  
80 Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF).

81

82 **ABERTURA 05/07/2020:** O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro iniciou a reunião  
83 cumprimentando e solicitou que fosse verificado o quórum. Verificado o quórum, solicitou que a  
84 pauta fosse apresentada. A Sra. Daniella Martins da Silva, Coordenadora-Geral do CONADE,  
85 realizou a leitura da pauta proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 04/07/2022: 09h  
86 - Reunião da Presidência Ampliada; 10h - Reunião das Comissões Permanentes; 12h – Almoço; 14h  
87 - Reunião das Comissões Permanentes; 18h – Encerramento. Dia 05/07/2022: 9h00 – Instalação do  
88 Plenário; 9h15 – Aprovação da pauta; 9h30 – Aprovação da Ata da 127ª Reunião Ordinária; 09h45  
89 – Aprovação do Regimento Interno; 10h - Apresentação do relatório da Comissão de Comunicação  
90 Social (CCS); 10h15 - Apresentação do relatório da Comissão de Políticas Públicas (CPP); 10h30 –  
91 Apresentação do relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com  
92 Deficiência (CDP); 10h45 – Apresentação do relatório da Comissão de Acompanhamento e  
93 Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de  
94 Inclusão (CMC); 11h – Apresentação da Associação dos Amigos dos Autistas (AMA-DF) –  
95 Contexto histórico e atuais dificuldades; 12h - Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 -  
96 Apresentação do relatório da Comissão de Articulação de Conselhos (CAC); 14h30 - Apresentação  
97 do relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas (COF); 15h00 – Mercado de trabalho  
98 das pessoas com deficiência a partir dos dados da RAIS/CAGED; 16h – Apresentação do Decreto  
99 da Avaliação Psicossocial; 17h – Informes Gerais, 18h – Encerramento. Dia 06/07/2022: 09h -  
100 Instalação do Plenário; 09h15 - ANAC – Procedimentos para pessoas com deficiência; 11h –  
101 Projeto Caminho Digital; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h30 - Acessibilidade em  
102 transportes interestaduais e municipais – ANTT; 15h30 - Demora na concessão de benefícios  
103 previdenciários; 16h30 - Redação do PL sobre Cão de Serviço; 17h30 - Informes Gerais; 18h –  
104 Encerramento. Colocando a pauta para apreciação, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro  
105 realizou breve informe sobre o Decreto da Avaliação Psicossocial, ponderando que observaram que  
106 não havia sido disponibilizado o instrumento juntamente com o decreto. Diante esse fato, discorreu  
107 que houve o entendimento de que haveria motivos suficientes para não avançar em relação a  
108 qualquer ação deliberativa, uma vez que os conselheiros não teriam tempo suficiente para análise  
109 desse instrumento, deliberando por não colocar o decreto em deliberação. Além disso, destacou a  
110 ausência de conselheiros importantes, sobretudo, de representantes da sociedade civil. Todavia,  
111 relatou que gostariam de apresentar o texto do decreto para conhecimento dos conselheiros.  
112 Solicitou que fosse incluído item referente à discriminação de pessoas com deficiência nas redes

113 sociais após a aprovação da ata. Não havendo mais observações, submeteu a pauta à aprovação do  
114 Plenário com as alterações realizadas, a qual foi aprovada pela unanimidade. Prosseguindo à  
115 aprovação da Ata da 127ª Reunião Ordinária, a Sra. Daniella Martins da Silva questionou se haveria  
116 alguma observação a ser realizada, e não havendo, a ata também foi aprovada pela unanimidade  
117 sem ressalvas. Seguindo à inclusão de pauta referente à discriminação de pessoas com deficiência,  
118 foi executado vídeo do humorista Rodrigo Marques, que recebeu a primeira nota de repúdio do  
119 CONADE e debochou do seu recebimento. Relatou sobre o caso da maquiadora do estado de Goiás  
120 em relação às pessoas com autismo e questionou quais seriam as providências que o Conselho  
121 poderia adotar. O Conselheiro Daniel Faganello recordou que essa discussão foi realizada na  
122 reunião anterior, sendo que foi consensuado que a Comissão de Comunicação Social (CCS)  
123 trabalharia em proposta de campanha contra a discriminação e de conscientização. Explanou que as  
124 redes sociais seria um ambiente sem controle em que se observa discriminação não apenas das  
125 pessoas com deficiência, mas a qualquer pessoa que saia do padrão dito como normal. Compreendeu  
126 que o CONADE precisa realizar ação efetiva contra essa situação, destacando que a comunicação  
127 seria o meio mais efetivo do que as notas de repúdio emitidas. O Conselheiro Carlos Eduardo  
128 Ferrari compreendeu que a proposta de elaboração de notas de repúdios estaria desgastada, porém,  
129 afirmou que o Conselho não pode se omitir. Sugeriu que realizassem notificação ao *Youtube* e, caso  
130 fosse necessário, convocasse o seu proprietário para criação de critérios claros que impeçam  
131 qualquer tipo de ação capacitista. Destacou que seria necessário realizar um conjunto de ações para  
132 demonstrar maior nível de efetividade do CONADE e das suas entidades membro. O Conselheiro  
133 Cesar Ackar Magalhães informou que essa questão foi tema da reunião da CCS e questionou sobre  
134 a possibilidade de suporte do MMFDH para elaboração da campanha. Além disso, compreendeu o  
135 Conselho deveria acionar o Ministério Público e a Defensoria Pública para as devidas medidas  
136 judiciais. A Conselheira Katia Maria Guimarães de Andrade comunicou que haveria a proposição  
137 de diálogo com os presidentes de conselho sobre atividade conjunta com o Conselho Nacional de  
138 Combate à Discriminação (CNCD) e concordou com a proposta de elaboração de campanha de  
139 comunicação, sugerindo realizar reunião conjunta entre o CNCD e o CONADE para debate do  
140 tema. Discorreu que outra ação de punição seria a aplicação de penalidade na forma de cobrança de  
141 multa e entendeu que seria interessante fazer um diálogo com os administradores das redes sociais.  
142 A Conselheira Deusina Lopes da Cruz propôs que fossem mais incisivos tendo como base a lei que  
143 trata que a discriminação em virtude da deficiência seria crime. Salientou que gestores públicos

144 deveriam ter cuidado na explicação das restrições ou das situações que precisam ser conduzidas de  
145 forma cuidadosa para que não seja reafirmando nenhum estigma ou preconceito. O Conselheiro  
146 Gabriel Franca do Couto concordou com todas as propostas apresentadas, todavia, reforçou que  
147 todas essas questões foram discutidas, entendendo que seria interessante elaborar nova nota de  
148 repúdio com maior punição. Ponderou que haveria outras humoristas com a mesma postura  
149 discriminatória e propôs, talvez, a criação de regulamentação para nortear o comportamento a fim  
150 de evitar esse tipo de situação no futuro. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos relatou que,  
151 em sua opinião, todas as propostas apresentadas se complementam, porém, entendeu que não seria  
152 objetivo a elaboração de nova nota de repúdio. Salientou a fala do humorista de que estaria no  
153 palco, como se o palco fosse terra-de-ninguém e que teria outra postura fora dele. Entendeu que  
154 deveriam buscar uma forma de penalizar de forma financeira e observou que a *internet*  
155 possibilidade grande liberdade, mas tudo que é exposto pode ser punido. Destacou a importância da  
156 liberdade de expressão, o que não daria o direito de ridicularizar quem quer que seja e lembrou que  
157 as entidades que se sentirem ofendidas podem pleitear ação judicial nos casos considerados. Não  
158 havendo mais manifestações, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro resumiu os  
159 encaminhamentos propostos até o momento e informou que a SNDPD/MMFDH elaborou vídeo  
160 sobre o respeito às diferenças que teve 5.500 curtidas em seu *Instagram*, o que demonstra que as  
161 ações do CONADE podem ser potencializadas por meio das entidades. Relatou que procuraram a  
162 administradora do *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* para apresentação do problema, sendo que será  
163 realizada reunião ainda neste mês para discutir a possibilidade de medidas de exclusão do usuário.  
164 Arrazou que foi proposta a criação de pontão no *Instagram* para direcionar publicações  
165 discriminatórias para a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) para as devidas  
166 providências, no entanto, os administradores esclareceram que a proposta não seria tecnicamente  
167 possível. Diante esse fato, comentou que foi proposta a criação de canal de denúncia na Ouvidoria  
168 Nacional para atendimento da população com autismo, a qual já foi acolhida e estaria sendo  
169 providenciada. Com relação às ações judiciais, relatou que o Movimento das Pessoas com Nanismo  
170 tem provocado o CONADE para que fossem tomadas providências e sugeriu a apresentação de  
171 proposta ao Ministério Público Federal (MPF), à Defensoria Pública da União (DPU) e à  
172 Advocacia-Geral da União (AGU) de ação civil pública por dano moral coletivo. Propôs a  
173 elaboração de projeto estruturado do CONADE referente à questão da discriminação para  
174 apresentação ao Fundo Nacional dos Direitos Difusos (FDD) para utilização dos seus recursos na

175 defesa da causa das pessoas com deficiência. Externadas todas as opiniões e manifestações,  
176 submeteu-se a aprovação do Plenário os seguintes encaminhamentos: (1) realização ação civil  
177 pública por dano moral coletivo a ser apresentada ao MPF, à DPU e à AGU; (2) elaboração de  
178 projeto estruturado referente à questão da discriminação como foco principal nas redes sociais a ser  
179 apresentado ao FDD – responsáveis: CCS e CDP; (3) realização de contato com as áreas de  
180 comunicação das entidades membros do CONADE para discussão de proposta de campanha a não  
181 discriminação – responsável: CCS. Em seguida, foi executado vídeo elaborado relatando as  
182 consequências trazidas pelo crime de discriminação, que será compartilhado com todos os  
183 conselheiros para que as entidades possam multiplicar em suas próprias redes. Prosseguindo,  
184 passou-se à aprovação do Regimento Interno. A Sra. Daniella Martins da Silva registrou que a  
185 proposta de Regimento Interno foi encaminhada por *e-mail* a todos os conselheiros, ponderando que  
186 foram apontados os seguintes aspectos pela CONJUR/MMFDH: (1) art. 55, §1º - necessidade de  
187 definição do quórum (simples ou absoluta) para instalação das reuniões da Presidência Ampliada;  
188 (2) art. 55, §2º - necessidade de definição se as deliberações da Presidência Ampliada serão tomadas  
189 pela maioria (simples ou absoluta) dos seus conselheiros; (3) art. 56, §1º - necessidade de definição  
190 de quantos dias de antecedência serão convocadas as reuniões extraordinárias; (4) art. 53, §7º -  
191 necessidade de substituição do termo “resumo executivo” por “extrato da ata”, uma vez que não se  
192 pratica mais resumo executivo; (5) art. 58 – necessidade de definição se os pareceres apresentados  
193 pelos relatores serão aprovados pela maioria (simples ou absoluta) dos votos favoráveis.  
194 Questionado como seria o processo utilizado no CNCD em relação à publicação do extrato da ata, a  
195 Conselheira Katia Maria Guimarães de Andrade informou que a ata do CNCD apenas seria  
196 publicada na página do Conselho no *site* do MMFDH. Não havendo ponderações sobre a forma de  
197 publicação, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro colocou em votação os seguintes pontos: (1)  
198 substituição do termo “resumo executivo” por “extrato da ata”; (2) definição do quórum simples  
199 para instalação das reuniões da Presidência Ampliada; (3) definição da maioria simples para a  
200 tomada de deliberações da Presidência Ampliada, (4) definição de 15 de antecedência para  
201 convocação de reuniões extraordinária presenciais e 5 dias para reuniões virtuais; e (5) definição de  
202 maioria simples dos votos favoráveis para aprovação dos pareceres apresentados pelos relatores.  
203 Submetido ao Plenário os pontos indicados foram aprovados à unanimidade. Diante o horário  
204 avançado, realizou-se inversão de pauta, passando à apresentação da Associação dos Amigos dos  
205 Autistas (AMA-DF) – Contexto histórico e atuais dificuldades. O Presidente Cláudio de Castro

206 Panoeiro recepcionou o Dr. Luciano Chaves, representante da AMA-DF, que agradeceu pela  
207 oportunidade. Desculpou pela ausência da Dra. Gisele Montenegro que teve de se afastar da  
208 presidência da entidade momentaneamente. Em seguida, apresentou o histórico de criação da AMA-  
209 DF. Destacou que desde 2014 a Associação estaria enfrentando várias dificuldades, sendo o pior  
210 momento em 2015 em que o Governo do Distrito Federal (GDF) entrou com ação de reintegração  
211 de posse do espaço ocupado pela sua sede. Explanou que a ordem de despejo foi suspensa por meio  
212 da mobilização da sociedade e que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal criou grupo de trabalho  
213 multidisciplinar para encontrar solução. Ponderou que até o momento não possuem informações  
214 sobre os trabalhos desenvolvidos pelo grupo, uma vez que não são convidados a participar das suas  
215 reuniões. Salientou que o estado do autismo no Distrito Federal seria de emergência e registrou que  
216 não existem monitores nas escolas, o que tem gerado a retirada dos alunos com autismo das escolas.  
217 Solicitou, caso houvesse possibilidade, que o CONADE elaborasse mecanismo para que o GDF  
218 acolha a situação dos autistas. Por fim, discorreu que as atividades da AMA-DF estavam suspensas  
219 há mais de 90 dias. Finalizada a apresentação, se abriu para manifestação pelo Plenário. Com a  
220 palavra, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães comentou que foi conselheiro de direitos humanos  
221 no Distrito Federal e auxiliou na elaboração do relatório referente ao processo da AMA-DF, o qual  
222 foi apresentado ao Conselho de Direitos Humanos do Distrito Federal. Informou que o GDF alega  
223 que estaria sendo pressionado pelo Ministério Público para que o espaço fosse transformado em  
224 residência terapêutica, o que não seria possível de acordo com a legislação. Explanou que, caso  
225 houvesse interesse, poderia apresentar o relatório ao CONADE para conhecimento. A Conselheira  
226 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro complementou a explanação anterior discorrendo que as AMAs  
227 estariam com dificuldades em todo território nacional. Relatou sobre a situação vivenciada com o  
228 seu filho com autismo, alegando que estaria vivendo com dificuldades. Compreendeu que o  
229 Conselho precisa buscar uma solução para que houvesse uma política de atendimento aos autistas  
230 adultos. A Conselheira Deusina Lopes da Cruz informou que conhece todo o esforço e início da  
231 implantação da educação inclusiva no Distrito Federal e compreendeu que a cedência do espaço  
232 poderia ser realizada na perspectiva do Centro Integrado em Reabilitação (CER). O Presidente  
233 Cláudio de Castro Panoeiro questionou se a AMA-DF estaria no imóvel, sendo esclarecido que a  
234 Associação teria a posse o imóvel e sua estrutura ainda estaria no local, porém, não estariam  
235 realizando atendimento pela suspensão dos convênios. Questionou também quanto custaria o pleno  
236 funcionamento da AMA-DF com todas as suas competências. O Dr. Luciano Chaves explanou que



237 esse custo dependeria da estrutura montada, todavia, ponderou que custaria no mínimo dois salários  
238 mínimos por atendido. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa observou que o GDF precisa  
239 montar o seu plano de ação para Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência escalonando os seus  
240 pleitos e indicado as prioridades para que a área técnica do Ministério da Saúde possa analisar  
241 conforme alguns critérios e repassar os recursos para atendimento do pleito. Entendeu que caberia  
242 ao gestor oferecer alternativa para as pessoas que precisam daquele espaço. O Presidente Cláudio de  
243 Castro Panoeiro intuiu que haveria soluções e informou que se reunirá com o Secretário da Pessoa  
244 com Deficiência do GDF e a representante do Ministério Público para tratar de outro assunto, mas  
245 discorreu que colocará esse tema em discussão. Salientou que seria necessário elaborar proposta  
246 para apresentar nessa reunião, sugerindo marcar reunião com os representantes da AMA-DF para  
247 entender como seria elaborado esse plano de ação mencionado anteriormente. A Conselheira Denise  
248 Maria Rodrigues Costa colocou o Ministério da Saúde à disposição para auxiliar na elaboração do  
249 plano. Finalizando o ponto de pauta, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu a presença  
250 do Dr. Luciano Chaves e informou-o sobre o debate realizado sobre a discriminação das pessoas  
251 com deficiência, destacando como ação mais concreta a criação de canal específico de denúncia  
252 para pessoas com autismo na ONDH. Ato contínuo, passou-se a apresentação do relatório da  
253 Comissão de Comunicação Social (CCS). A Conselheira Caroline Menicucci Salgado iniciou a  
254 apresentação informando que a CCS discutiu sobre a possibilidade de institucionalizar as redes  
255 sociais do CONADE, ficando o MMFDH como administrador da conta e a Comissão como editora  
256 das informações. Explanou que estaria propondo a disseminação de temas entre as reuniões do  
257 Conselho considerando datas alusivas às pessoas com deficiência, sendo que nos próximos dois  
258 meses seriam feitas postagens sobre as respectivas datas: 06/07 – Aniversário da Lei Brasileira de  
259 Inclusão (LBI); 10/07 – Aniversário da Lei da Saúde Ocular; 13/07 – Dia Mundial do TDH; 22/08 –  
260 Dia Nacional da Deficiência Intelectual; 25/08 – Aniversário da Promulgação da Convenção  
261 Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Relatou que a Comissão estaria aberta  
262 a sugestões, inclusive, de textos para serem publicados. Acrescentou que se discutiu sobre como  
263 tornar as publicações mais atrativas, informando que a CCS solicitará a realização de curso de  
264 descrição para acessibilidade e para criação de *banners*. Informou que também foi discutido sobre a  
265 inserção de *link* para formulário de sugestões de temas pela sociedade civil no *site* do CONADE,  
266 questionando a opinião do Plenário, tendo em vista que os membros da Comissão ficaram  
267 temerosos com essa proposta. Lembrou que na reunião anterior foi levantada a possibilidade de

268 consultar demais órgãos do governo sobre ações, projetos e campanhas voltadas para as pessoas  
269 com deficiência que são tratadas no âmbito desses órgãos para divulgação na página do CONADE,  
270 todavia, haveria dúvidas se o período eleitoral impediria essa ação. Diante essa questão, solicitou  
271 que o Conselho consultasse a CONJUR/MMDFH sobre a possibilidade de realização. Encerrada a  
272 apresentação do relatório, abriu-se para manifestações do Plenário. Com a palavra, o Vice-  
273 Presidente Décio Gomes Santiago destacou a importância da institucionalização das redes sociais  
274 do CONADE. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães esclareceu os riscos de manter as redes  
275 sociais do Conselho sob a administração de um conselheiro e ponderou que a gestão deve estar sob  
276 responsabilidade do MMFDH, sendo os conteúdos publicados de acordo com as prerrogativas que  
277 possuem como conselheiros. Não havendo mais considerações, o Presidente Cláudio de Castro  
278 Panoeiro entendeu que seria consenso a institucionalização das redes sociais do CONADE e  
279 questionou se houve debate sobre resgatar as publicações já realizadas no perfil anterior. Em  
280 resposta, a Conselheira Caroline Menicucci Salgado pontuou que a operacionalização dessa questão  
281 não seria muito difícil, sendo necessário apenas alterar o CPF cadastrado para o CNPJ, e caso não  
282 houvesse possibilidade, a criação de nova página com a migração das publicações. Com relação à  
283 comunicação acessível, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro informou que a SNPD/MMFDH  
284 possui, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o curso  
285 “Acessibilidade na Comunicação”, que poderia ser aproveitado. Questionou se haveria algum  
286 destaque quanto à forma de acessibilidade. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari relatou sobre a  
287 necessidade de elaboração de parâmetros mínimos para publicação dos conteúdos, como: descrição  
288 de imagens, legenda, libras. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto relatou que as postagens das  
289 redes sociais precisam ter janela do interprete e legenda e sugeriu que fosse considerada a  
290 possibilidade de que os próprios surdos fossem os interpretes. A Conselheira Maria do Carmo  
291 Tourinho Ribeiro registrou a necessidade de linguagem direta simples e, sempre que possível,  
292 mencionar a palavra “autista” para chamar a sua atenção. Quanto às publicações considerando as  
293 datas alusivas às pessoas com deficiência, o Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari observou que seria  
294 importante discutir a curadoria de conteúdo para a página e registrou que não haveria nenhum  
295 problema com relação as datas. Destacou a importância de tratar, em algum momento até as  
296 eleições, sobre a urna eletrônica. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães explicou que a ideia seria  
297 privilegiar os conteúdos por meio das entidades que possuem conhecimentos para tratar dos  
298 assuntos específicos, o que não impediria a divulgação de outros conteúdos importantes. Aprovado

299 o encaminhamento em relação às publicações considerando as datas alusivas às pessoas com  
300 deficiência, assim como, de transmissão de mensagens de reconhecimento dos seus direitos, passou-  
301 se a apreciação da proposta de abertura de espaço para recebimento de sugestão da sociedade civil.  
302 O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari retomou a questão da institucionalização das redes sociais,  
303 salientando que deveriam designar responsável para gestão da publicação dos conteúdos, uma vez  
304 que os membros da CCS possuem outros compromissos. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro  
305 sugeriu que fosse realizada a institucionalização primeiramente e, quando houvesse grau  
306 considerável de estruturação, realizassem a abertura de canal de comunicação a fim de que não  
307 gerassem expectativas que não possam ser cumpridas. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari  
308 discorreu que seria interessante realizar diálogo com o Conselho Nacional de Assistência Social  
309 (CNAS) para que tenham conhecimento sobre o funcionamento do *Blog* do CNAS. Com relação à  
310 consulta a CONJUR/MMFDH referente à existência de impedimento de divulgação de ações e  
311 projetos dos órgãos do governo voltados para a pessoa com deficiência dentro do período de defeso  
312 eleitoral, elaborou-se questionamento que será encaminhado para esclarecimento da referida dúvida.  
313 Dando continuidade à pauta, passou-se a apresentação do relatório da Comissão de Políticas  
314 Públicas (CPP). A Conselheira Ester Alves Pacheco iniciou a leitura do relatório elencando os  
315 membros presentes. Discorreu que a Comissão iniciou a sua reunião discutindo a importância de  
316 ações que integram a Política de Cuidado na situação de dependência das pessoas com deficiência  
317 nos distintos ciclos de vida e quando idosos, a partir de reuniões do EUROsocial Cuidar+. Em  
318 complemento, a Conselheira Deusina Lopes da Cruz explanou sobre a Política Nacional de  
319 Cuidados, discorrendo que a CPP abordou esse tema pela necessidade de compreensão, de defesa e  
320 de execução. Arrazoou que essa política compreende as pessoas com deficiências nos seus ciclos  
321 vida e com algum grau de dependência e os seus cuidadores familiares, por meio da atenção  
322 especializada e cuidados nas vulnerabilidades, riscos e direitos violados. Apresentou os principais  
323 eixos destacados no evento internacional sobre “Cuidados em América Latina: Avances y Desafios  
324 Hacia Políticas Integrales” realizado entre a Argentina e os países ibero-americanos e discorreu que,  
325 em reunião em junho de 2022, o Brasil, em parceira com a SNDPD/MMFDH, construiu o  
326 Documento “Estudo e Pesquisas sobre Boas Práticas Internacionais e do Brasil de Apoio ao  
327 Cuidador Familiar de Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas com algum grau de dependência”,  
328 elencando os seus principais destaques. Explanou sobre os conceitos e concepções adotados pelo  
329 Brasil em relação ao cuidado, salientando que o cuidado é um direito social e que o projeto de lei

330 que trata desse tema estaria redigido com essa perspectiva. Informou sobre a existência da Cartilha  
331 Centro-Dia disponível no *Blog* da Rede SUAS e sobre a realização de curso de capacitação em EaD  
332 para cuidador social. Relatou que o BPC LOAS ampliou as condições de cuidados das famílias na  
333 situação de dependência. Abrindo para manifestações dos conselheiros e conselheiras, o  
334 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari cumprimentou a Comissão pela apresentação e indagou se  
335 houve algum debate sobre os cuidados dos acamados. Em resposta, a Conselheira Deusina Lopes da  
336 Cruz explanou que, dentro do EUROsocial, criou-se um grupo trabalho no âmbito do Ministério da  
337 Saúde e posteriormente no MMFDH, sendo que se recomendou não levar um serviço para dentro do  
338 outro. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro registrou a sua participação em evento do  
339 EUROsocial realizado na Bélgica, onde foram apresentadas ações dos seus parceiros. Comentou  
340 que os participantes ficaram impressionados com as ações realizadas pelo Brasil em relação ao  
341 cuidado e às pessoas com deficiência. Destacou a importância de representante do CONADE estar  
342 presente nesse tipo de evento. Retomada a palavra, a Conselheira Ester Alves Pacheco registrou que  
343 o segundo ponto discutido na CPP seria denúncia recebida no dia 02 de julho de 2022 referente ao  
344 desrespeito que ocorre com as crianças autistas e seus respectivos direitos. Após ampla discussão  
345 sobre o assunto, houve o entendimento de que a denúncia seria abrangente e que não se baseava em  
346 algum fato ou crime específico, entretanto, demonstrou preocupação com a situação da educação  
347 inclusiva no país e decidiu recomendar ao CONADE que enviasse a referida denúncia ao Ministério  
348 da Educação a fim de que manifestasse sobre as seguintes temáticas: (1) O que o Ministério da  
349 Educação tem feito para promover e garantir a educação inclusiva no país? (2) Com base em quais  
350 dados o MEC pode afirmar que a educação brasileira é inclusiva ou não? (3) Que informações o  
351 MEC pode fornecer sobre o atendimento educacional especializado no Brasil? (4) O atendimento  
352 educacional especializado como está definido nos atos normativos atuais é inconstitucional? (5) O  
353 atendimento educacional especializado é nuclear ou complementar? (6) Como está sendo  
354 encaminhada a questão da disponibilização do profissional de apoio escolar, auxiliar ou  
355 acompanhante especializado? (7) Como os professores estão sendo preparados para a intervenção  
356 pedagógica aos estudantes autistas? Abrindo aos debates, o Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari  
357 sugeriu a criação de protocolo de tratamento das denúncias recebidas pelo CONADE,  
358 compartilhando a experiência do CNAS. Em seguida, abriu-se para a manifestação dos conselheiros  
359 e conselheiras do CONADE. De posse da palavra, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos  
360 observou que essa denúncia havia sido encaminhada inicialmente para a Comissão de Defesa e

361 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDP) e foi encaminhada à CPP devido ao  
362 entendimento de que o MEC seria mais qualificado para responder. Discorreu que existem  
363 legislações e normas, porém, o grande problema estaria relacionado à falta de efetivação. Solicitou  
364 que houvesse momento para que informasse sobre a audiência pública que estava participando. A  
365 Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima mencionou que o denunciante realiza provocação direta  
366 ao Conselho para que tenha uma atuação mais efetiva no sentido de garantir que os direitos das  
367 pessoas com deficiência sejam respeitados. Não havendo mais observações em relação ao tema, o  
368 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro submeteu a votação pelo Plenário os seguintes  
369 encaminhamentos: (1) criação de protocolo para recebimento de denúncias pelo CONADE; (2)  
370 elaboração de proposta de protocolo pela CPP. Não havendo manifestação em contrário, os  
371 encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, submeteu a votação o  
372 encaminhamento de envio da denúncia ao Ministério da Educação a fim de que manifestasse sobre  
373 as temáticas citadas anteriormente, o qual foi aprovado por unanimidade. Realizada inversão de  
374 pauta, passou-se a exposição sobre o mercado de trabalho das pessoas com deficiência a partir dos  
375 dados da RAIS/CAGED. O Sr. Nabil Ahda Murtadha, Analista da Federação Nacional das APAEs,  
376 iniciou elencando como objetivos dessa apresentação: mercado de trabalho das pessoas com  
377 deficiência, lei de cotas, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2020, dados  
378 CAGED e importância do Censo 2022. Explicou que as vagas de trabalho oferecidas pelas  
379 empresas não disponibilizavam informações importantes, exigiam pouca qualificação e possuíam  
380 média salarial baixa, além disso, nas entrevistas realizadas com as empresas, essas afirmaram a  
381 importância de promover a diversidade e inclusão, porém visam o preenchimento da cota  
382 estabelecida pela lei. Na contratação, comentou que as empresas são pouco inclusivas e apenas  
383 aqueles se ajustam aos níveis de normalidade do meio social são contratados, resultando a absorção  
384 de pessoas com deficiência que requerem menores esforços por parte do empregador para a  
385 adaptação. Elencou os principais pontos da Lei de Cotas e explicou o conceito da RAIS,  
386 discorrendo que seria um registro administrativo de periodicidade anual, que apresenta todos os  
387 estabelecimentos formais e vínculos celetistas e estatutários no Brasil. Apresentou os dados  
388 apurados em 2020 na RAIS, sendo: estoque de 46.236.176 empregos formais, 623.827 profissionais  
389 com deficiência, 495.479 estavam ativos até 31 de dezembro de 2020 e 128.348 foram desligados  
390 no mesmo período (20,57%). Em seguida, detalhou esses dados por sexo e escolaridade, tipo de  
391 deficiência, idade, vínculo empregatício, motivo de desligamento, tempo de emprego, remuneração,

392 ocupações, tamanho do estabelecimento, estados, rendimento. Com relação ao CAGED, esclareceu  
393 que busca identificar o fluxo de emprego e demonstrou os dados da série total, destacando que  
394 houve grande queda no número de empregados entre abril e junho de 2020. Quanto à pessoa com  
395 deficiência, observou que houve também queda do número de empregados a partir de abril de 2020,  
396 tendo recuperação em julho, porém, essa recuperação não se manteve, caindo novamente e tendo  
397 grande dificuldade em se manter positiva. Comparando a série total e série para pessoas com  
398 deficiência, arrazoou que se pode perceber que houve maior queda de vagas para as pessoas com  
399 deficiência e não houve recuperação do número de empregados. Indicou como considerações finais:  
400 panorama geral do mercado trabalho formal, identificação das características dos empregados e  
401 lenta recuperação pós-pandemia do mercado formal. Por fim, destacou a importância do Censo  
402 2022 para a atualização dos dados sobre a deficiência e identificação dos diversos tipos de  
403 desemprego e da idade-ativa. Em seguida, abriu para manifestações dos conselheiros e conselheiras  
404 do CONADE. O Conselheiro Joelson Costa Dias louvou a iniciativa do CONADE pelo convite ao  
405 expositor que trouxe esses dados importantes e propôs que, até o encerramento dessa gestão, fossem  
406 convidadas determinadas áreas que possam trazer informações como essas em cada reunião para  
407 que possam cumprir melhor com o propósito do Conselho. Confessou que estaria animado com os  
408 dados apresentados, todavia, preocupado, uma vez que apenas 1,5% das pessoas com deficiência  
409 estariam no mercado de trabalho. Questionou se haveria algum padrão das ocupações destinadas às  
410 pessoas com deficiência. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari registrou que é muito triste o que a  
411 sociedade brasileira apresenta para a pessoa com deficiência e afirmou que a situação é caótica,  
412 sugerindo a criação de grupo de trabalho para monitoramento da Lei de Cotas. O Conselheiro  
413 Gabriel Franca do Couto complementou as explanações anteriores relatando sobre a importância de  
414 realizar pesquisa aprofundada de quais são os tipos de deficiências das pessoas que são contratadas  
415 pelo mercado de trabalho. O Sr. Nabil Ahda Murtadha esclareceu que os dados da RAIS e do  
416 CAGED são preenchidos pelas próprias empresas, entendendo que seria interessante adicionar  
417 campo específico sobre o grau de deficiência nesses questionários. A Conselheira Giovanna  
418 Brandão Silva Lima relatou sobre o Projeto “Emprego Apoiado” realizado pela FENAPAES, que  
419 realiza o contato entre o empregado e empregador e salientou que os dados poderiam ser  
420 melhorados com ações como essa. Feitas todas as considerações, o Presidente Cláudio de Castro  
421 Panoeiro elencou as ações que estão sendo trabalhadas pelas SNDPD, sendo: aproximação com o  
422 Sistema “S” para capacitação das pessoas com deficiência; parceria do MTP com a Microsoft para

423 concessão de 5 milhões de vagas para cursos de tecnologia para pessoas com deficiência; diálogo  
424 com o MTP para construção de proposta de trabalho com apoio; e proposta de acompanhamento e  
425 conscientização dos RHs das empresas. Destacou seria determinante ter uma avaliação psicossocial  
426 da deficiência para valorizar as funcionalidades. Feitos os agradecimentos finais ao convidado,  
427 passou-se a apresentação do relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da  
428 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão (CMC). O  
429 Conselheiro Joelson Costa Dias iniciou a apresentação agradecendo a participação de todos os  
430 membros e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Elaboração do Plano de  
431 Ação da Comissão. Item 2. Definição das providências necessárias para acompanhamento do  
432 relatório que deve ser apresentado ao Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU), em  
433 Genebra, que supervisiona a implementação da Convenção da ONU. Encaminhamentos: (1) Oficiar  
434 o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para solicitar informações atualizadas sobre a  
435 apresentação do Brasil na ONU e o SNDPD para informar sobre as medidas adotadas internamente  
436 no que diz respeito à apresentação do referido relatório; (2) Convidar a Senadora Mara Gabrilli, na  
437 condição de perita, para explicar os procedimentos do Comitê da ONU em relação à análise dos  
438 relatórios dos países e, na condição de senadora, para explicar sobre o seu projeto de lei que cria  
439 órgão nacional de monitoramento da Convenção da ONU. Item 3. Regulamentações necessárias  
440 para implementação efetiva da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Convenção da ONU e  
441 identificação dos projetos em tramitação no Congresso Nacional para regulamentação ou  
442 aperfeiçoamento da LBI. Encaminhamentos: (1) Solicitar a SNDPD que forneça formalmente lista  
443 de medidas implementadas pelo governo federal, bem, assim como os projetos que tramitam no  
444 Congresso Nacional para elaboração de lista a fim de que a Comissão apresente à Planária do  
445 CONADE suas conclusões e distribuição as demais comissões para acompanhamento; (2) Avaliar a  
446 possibilidade de inclusão no Regimento Interno, quando houver nova revisão, de nova competência  
447 da CMC de acompanhamento de outros tratados internacionais ou deliberações de órgãos  
448 internacionais, do sistema global (ONU) e do sistema regional (Organização dos Estados  
449 Americanos (OEA)) de proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Item 4. Inscrição  
450 do CONADE para participação em audiência pública que será realizada pelo Supremo Tribunal  
451 Federal (STF) nos dias 27 e 28 de setembro de 2022, sobre o rol taxativo da Agência Nacional de  
452 Saúde (ANS). Encaminhamento: Aprovação da inscrição do CONADE para participar como  
453 entidade a ser ouvida durante audiência pública. Informou que estaria formando uma coalisão para

454 organização e preparação de intervenção durante a audiência pública, destacando que as entidades,  
455 que possuem interesse de manifestação, têm até o dia 29 de julho de 2022 para inscrição. Abrindo  
456 aos debates do Plenário, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães reforçou o encaminhamento  
457 relacionado à Senadora Mara Gabrilli, inclusive, para que ouça o CONADE. O Conselheiro Marcio  
458 Castro de Aguiar parabenizou a Comissão pelo trabalho e destacou a importância do  
459 acompanhamento pelo Conselho do relatório que deve ser apresentado ao Comitê da ONU, assim  
460 como o convite à senadora. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari sugeriu, como encaminhamento,  
461 convidar ente externo para tratar sobre o relatório e que a SNDPD compartilhasse o estudo  
462 elaborado pela Sra. Caroline Calabria sobre o modelo de monitoramento no mundo antes de  
463 convidar a senadora, para que o Conselho se capacite tecnicamente para o debate com a Senadora  
464 Mara Gabrilli. O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago endossou os encaminhamentos propostos  
465 para elaboração de propostas concretas. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro saneou as  
466 discussões comentando que o CONADE precisa ser zeloso das suas competências e atribuições. Em  
467 seguida, submeteu à aprovação do Plenário os seguintes encaminhamentos: (1) Envio de ofício ao  
468 Ministério das Relações Exteriores (MRE) e à SNDPD solicitando informações sobre o relatório  
469 que será apresentado ONU sobre a implementação da Convenção no território nacional; (2) Convite  
470 à Senadora Mara Gabrilli para a próxima Reunião Ordinária do CONADE a fim de esclarecer sobre  
471 o projeto de lei que cria órgão nacional de monitoramento da Convenção da ONU e sobre os  
472 procedimentos do Comitê da ONU em relação à análise dos relatórios dos países, nessa ordem dos  
473 assuntos; (3) Aprovação da inscrição do CONADE para participar como entidade a ser ouvida  
474 durante audiência pública realizada pelo STF sobre o rol taxativo da ANS. Não havendo  
475 manifestações em contrário, aprovou-se os encaminhamentos apontados pela CMC, por  
476 unanimidade. Dando sequência, passou-se à apresentação do relatório da Comissão de Defesa e  
477 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDP). A Conselheira Giovanna Brandão Silva  
478 Lima iniciou a apresentação informando o recebimento de cinco denúncias no período entre a  
479 última reunião e essa, das quais duas não eram de competência da CONADE por se tratar de  
480 pessoas com transtornos psicológicos e uma foi apreciada pela CPP. Explanou que a primeira  
481 denúncia apreciada pela CDP foi encaminhada por pessoa cega da cidade de Rondonópolis/MT, na  
482 qual relata discriminação por parte do Cartório 2º Ofício que tem se negado a abertura de firma e  
483 reconhecimento de assinaturas, alegando que as pessoas com deficiência seriam incapazes. Diante  
484 essa situação, explanou que o denunciante registrou manifestação no Ministério Público do Estado



485 do Mato Grosso e denúncia na Ouvidoria do Tribunal de Justiça também do estado, que resultou em  
486 ofício enviado pela tabeliã explicando que o procedimento utilizado seria o correto. Registrou que o  
487 denunciante estaria solicitando manifestação do CONADE e a publicação desses acontecimentos  
488 que tem prejudicado as pessoas com deficiência, sendo elaborado como encaminhamento da CDP:  
489 (1) publicação nas redes sociais do CONADE; (2) envio de ofício ao Conselho Nacional de Justiça  
490 (CNJ) solicitando providências necessárias; (3) envio de ofício ao Cartório 2º Ofício de  
491 Rondonópolis/MT para expressar o desagrado do CONADE em relação à conduta. Logo após, se  
492 franqueou a palavra para os conselheiros e conselheiras do CONADE para manifestações. Com a  
493 palavra, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar relatou sobre os mesmos problemas encontrados no  
494 Rio de Janeiro e em Niterói e endossou os encaminhamentos propostos. Não havendo mais  
495 comentários, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro submeteu ao Plenário os encaminhamentos  
496 propostos, com acréscimo de que o CNJ fosse convidado a comparecer à próxima Reunião  
497 Ordinária do Conselho para debate sobre o tema, os quais foram aprovados por unanimidade.  
498 Dando continuidade à apresentação, a Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima registrou que a  
499 segunda denúncia foi realizada por pessoa de Taguatinga/DF vizinha de pessoa com deficiência que  
500 sofria maus-tratos, sendo definido como encaminhamento: (1) Enviar o caso ao Ministério Público  
501 do Distrito Federal e dos Territórios para análise; (2) Enviar o caso para o Conselho Distrital de  
502 Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para melhor conhecimento e acompanhamento.  
503 Complementando, o Conselheiro Fabio Augusto Lima de Araújo informou que entrou em contato  
504 com a denunciante para maiores subsídios para elaboração do parecer, no entanto, salientou a  
505 denunciante foi bastante evasiva. Abrindo para manifestações dos conselheiros e conselheiras, o  
506 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari registrou a sua vontade de contribuir como cidadão nesse caso e  
507 observou que esse tipo de denúncia não poderia ser encaminhado ao CONADE, uma vez que não  
508 possui condições de solucionar o problema. Não havendo mais comentários, o Presidente Cláudio  
509 de Castro Panoeiro submeteu ao Plenário os encaminhamentos propostos, os quais foram aprovadas.  
510 Em complementação, a Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima explanou que as demais  
511 denúncias recebidas estavam relacionadas a tentativas de suicídio por pessoas com transtornos  
512 psicológicos. Pontuou que seria importante atuar para conscientizar sobre o papel do CONADE e  
513 direcionar o envio das denúncias, tendo em vista que estaria havendo uma aplicação errada do art.  
514 26 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com a palavra, o Conselheiro Adinilson Marins dos  
515 Santos agradeceu a CDP pelo empenho e a relatora pela apresentação do relatório e salientou a

516 acessibilidade garantida para a Comissão, visto que possui membro com dificuldade de fala. Ato  
517 contínuo, passou-se à apresentação do relatório da a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas  
518 (COF). O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago iniciou a apresentação elencando os membros e  
519 convidados presentes. Registrou que foram realizados levantamentos em relação à gestão passada  
520 referente aos nove ofícios encaminhados solicitando informações sobre orçamento aos ministérios.  
521 Encaminhamento: Coordenação do CONADE encaminhe novamente os ofícios enviados ao  
522 Ministério da Economia (ME), da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), da Infraestrutura  
523 (MINFRA), de Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Cidadania (MC),  
524 Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **ENCERRAMENTO 05/07/2022:** O Presidente  
525 Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 128ª  
526 Reunião Ordinária do CONADE. **ABERTURA 06/07/2022:** O Presidente Cláudio de Castro  
527 Panoeiro iniciou o segundo dia de reunião cumprimentando a todos e solicitou que fosse realizada a  
528 verificação do quórum. Verificado o quórum, solicitou que a pauta do dia fosse apresentada. A Sra.  
529 Daniella Martins da Silva realizou a leitura da pauta proposta do dia, que estava composta pelos  
530 seguintes itens: 09h - Instalação do Plenário; 09h15 - Apresentação do relatório da Comissão de  
531 Articulação de Conselhos (CAC); 09h30 - ANAC – Procedimentos para pessoas com deficiência;  
532 11h – Projeto Caminho Digital; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h30 - Acessibilidade  
533 em transportes interestaduais e municipais – ANTT; 15h30 - Demora na concessão de benefícios  
534 previdenciários; 16h30 - Redação do PL sobre Cão de Serviço; 17h30 - Informes Gerais; 18h –  
535 Encerramento. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro registrou a presença da Sra. Luciana  
536 Trindade que esteve presente na audiência da Câmara dos Deputados sobre a questão dos  
537 transportes aéreos que solicitou um momento de explanação para contribuição dos debates.  
538 Discorreu que o Conselheiro Gabriel Franca do Couto possui importante intervenção a ser realizada,  
539 além do Conselheiro Adinilson Marins dos Santos que representou o CONADE em audiência da  
540 Câmara dos Deputados. Submeteu ao Plenário a pauta do dia proposta com as alterações elencadas  
541 e não havendo manifestação em contrário, foi aprovada por unanimidade. Dando início aos  
542 trabalhos, passou-se à apresentação do relatório da Comissão de Articulação de Conselhos (CAC).  
543 A Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos apresentou o relatório da CAC, o qual tratava dos  
544 seguintes itens discutidos em reunião: Item 1. Elaboração do Plano de Ação 2022 da CAC para cada  
545 uma das temáticas que constam no planejamento estratégico: a) atualização do documento  
546 orientação para criação, funcionamento e reestruturação de conselhos. Encaminhamento: editar e

547 atualizar o documento na próxima reunião da CAC para apresentação na próxima Reunião  
548 Ordinária do CONADE; b) capacitação dos conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal.  
549 Encaminhamento: levantamento das necessidades de capacitações por meio de consulta aos  
550 conselheiros; c) conferência nacional, mapeamento de conselhos. Encaminhamentos: (1) proposta  
551 de realização no final de 2023 caso haja disponibilidade orçamentária, (2) criação de Comissão  
552 Organizadora para elaboração do Termo de Referência (TR), composta por quatro representantes do  
553 CONADE; d) sistematização das respostas dos conselhos ao formulário de levantamento para os  
554 kits equipamentos. Encaminhamentos: (1) previsão de publicação do edital de chamamento público  
555 em dezembro para implantação de piloto para recebimento dos kits; (2) que os conselheiros  
556 envidem esforços para busca de emendas parlamentares para equipar a maior quantidade de  
557 conselhos possíveis. Item 2. Solicitação de disponibilização de material para capacitação de  
558 conselheiros dos estados, Distrito Federal e municípios. Item 3. Discussão de estratégias de  
559 aproximação com os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais. Encaminhamento:  
560 realização de reunião com os presidentes dos conselhos estaduais e do Distrito Federal para  
561 apresentação sobre a CAC. Em seguida, abriu-se para a manifestação dos conselheiros e  
562 conselheiras do CONADE. Com a palavra, a Conselheira Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura  
563 Dias sugeriu que o edital para recebimento dos kits pelos conselhos fosse inserido nas redes sociais  
564 do CONADE para maior divulgação. A pedido do presidente, o Conselheiro Felipe Silva Belluci  
565 informou sobre o edital do MCTI de chamamento vinculado ao Sistema Brasileiro de Laboratórios  
566 de Tecnologias Assistivas, sendo que a ideia é constituir um conjunto de 16 laboratórios para  
567 desenvolvimento de tecnologias assistivas via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A  
568 Conselheira Deusina Lopes da Cruz relatou que entrou em contato com a FENAPAES e  
569 Universidade APAE para que habilitassem como Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) para  
570 apresentação de projetos que contemplassem as necessidades das pessoas com deficiência. De posse  
571 da palavra, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro comunicou que a Meta 29 do Plano Nacional  
572 de Cultura traz a previsão de tornar as bibliotecas nacionais acessíveis. Ponderou que teria recebido  
573 grupo que apresentou tecnologia que convertia livro em língua brasileira de sinais, salientando a  
574 importância de divulgação desse edital. O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari sugeriu que fossem  
575 investidos recursos pelo MCTI para estimular as organizações a contratarem equipes para  
576 desenvolvimento de soluções para as pessoas com deficiência ou para acompanhá-las. Saneando o  
577 debate, o Presidente Claudio de Castro Panoeiro submeteu ao Plenário o encaminhamento de

578 criação da Comissão Organizadora da V Conferência Nacional, composta pelos seguintes membros:  
579 Conselheiro Daniel Faganello (CONFEA), Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro (ABRA),  
580 Conselheira Caroline Menicucci Salgado (MCOM) e Conselheira Ileidiane Carneiro Ribeiro (MI).  
581 Submetido ao Plenário, não havendo manifestações em contrário, aprovou-se, por unanimidade, os  
582 encaminhamentos apontados durante o relatório. Prosseguindo, passou-se a exposição da Agência  
583 Nacional de Aviação Civil (ANAC) sobre os procedimentos para pessoas com deficiência. Com a  
584 palavra, o Sr. Yuri César Cherman, Gerente de Regulação das Relações de Consumo da ANAC,  
585 realizou a sua autodescrição e ressaltou que a ANAC seria uma entidade técnica e não representa o  
586 interesse das companhias aéreas. Realizou breve apresentação sobre a Resolução ANAC nº  
587 280/2013 que trata sobre obrigações para assistência aos Passageiros com Necessidades Especiais  
588 (PNAE), observando que a resolução ainda não traz o termo adequado, porém, isso será alterado  
589 quando houver sua revisão. Discorreu sobre a atuação da ANAC, explanando que o monitoramento  
590 das reclamações seria realizado pela Plataforma “Consumidor.com.br”, que é acessível de qualquer  
591 lugar e permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de  
592 consumo. Observou que o número de reclamações sobre acessibilidade segue tendência  
593 decrescente, o que seria resultado do estímulo feito pela Agência de adesão à plataforma. Registrou,  
594 com relação à fiscalização, a existência de regulamentação moderna sobre punições, sendo  
595 considerados referência por diversos setores. Comentou que a ANAC adotou a responsividade,  
596 avaliando os casos registrados para punição adequada e fazendo integração com especialistas de  
597 todo o mundo e interação com os regulados. Quanto às reflexões e tendências, relatou que estariam  
598 no momento revisão da Resolução ANAC nº 280/2013, visto que já foi finalizada a etapa de  
599 identificação e análise dos problemas. Comentou que estaria sendo trabalhada a etapa de definição  
600 das opções de ação regulatória, sendo que as próximas etapas seriam a avaliação de alternativas e a  
601 apresentação de proposta de texto para a Diretoria. Finalizando, elencou como premissas para  
602 normatização a serem utilizadas: utilização de termos mais precisos, regular o que é específico para  
603 o transporte aéreo, endereçar obrigações e buscar equilíbrio para obrigações de transporte de  
604 animais. Passando à palavra imediatamente ao Conselheiro Adinilson Marins dos Santos, o  
605 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro informou que teria que ausentar nesse momento da reunião  
606 para outra agenda, passando a condução da reunião ao Vice-Presidente Décio Gomes Santiago.  
607 Com a palavra, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos parabenizou a ANAC pelo  
608 reconhecimento da resolução com uma das mais modernas do mundo, todavia, destacou que apenas

609 essa ação não bastaria. Registrou que estão há 10 anos conversando com a ANAC em busca da  
610 solução de alguns problemas, porém, possui a sensação de que houve poucos avanços. Observou  
611 que o universo fiscalização seria relativamente pequeno e discorreu que os problemas são primários  
612 e não deveriam estar nem sendo discutidos. Salientou que apenas a pessoa atingida senti os reais  
613 impactos e afirmou que seria contra a criação da premiação para as companhias aéreas, uma vez que  
614 seria oferecida a quem cumprisse as resoluções da ANAC, o que já seria uma obrigação. Recordou  
615 que o encaminhamento aprovado especificava convite à ANAC e às companhias aéreas, mas não  
616 conseguiram contato com as companhias. Por fim, ponderou que chegou o momento de parar de  
617 culpar as partes mais fracas (pessoas com deficiência e os funcionários) para encerrar o problema e  
618 encontrar as soluções necessárias. Dada a palavra a Sra. Luciana Trindade, Secretária do PSB  
619 Inclusão, realizou a autodescrição e registrou o seu desabafo por ter sido retirada do avião da GOL  
620 pela Polícia Federal por ter embarcado com respirador mecânico (bipap). Relatou que realizou todos  
621 os esclarecimentos necessários sobre o respirador utilizado, o que demonstra que as operadoras não  
622 entendem a regulamentação da ANAC. Destacou a necessidade de atuação da ANAC e  
623 compreendeu que não seria correto premiar pelo cumprimento da lei, mas sim fiscalizar e fazer  
624 cumprir as regras estabelecidas. Percebeu que haveria desconhecimento total sobre qualquer pauta  
625 relacionada à pessoa com deficiência e informou que faz parte de diversos grupos de doenças  
626 neuromusculares com especialistas que podem auxiliar na construção de programa de orientação  
627 para as operadoras. Logo após, se franqueou a palavra para os conselheiros e conselheiras do  
628 CONADE para manifestações. Com a palavra, o Conselheiro Gabriel Franca do Couto mostrou  
629 vídeo de um piloto surdo que fundou a Associação Nacional de Aviação de Surdos (ANAS), que  
630 enviou a proposta de realização de audiência pública referente à aviação focada na pessoa surda. O  
631 Conselheiro Marcio Castro de Aguiar parabenizou pela explanação e discorreu sobre a falta de  
632 acessibilidade dos *sites* das empresas aéreas, o que dificulta a compra de passagens. Comentou que  
633 a assistência para embarque e desembarque não possui as informações necessárias sobre os  
634 procedimentos adequados e afirmou que a ANAC precisa focar no treinamento das equipes nos  
635 aeroportos para garantir a segurança da pessoa com deficiência. O Conselheiro Raul de Paiva  
636 Santos endossou as explanações anteriores e registrou que seria contrário a criação de prêmio para o  
637 cumprimento da legislação por ir de encontro aos princípios de diversidade, inclusão e  
638 acessibilidade e por prejudicar a visão da inclusão e da acessibilidade como direito. O Conselheiro  
639 Cesar Ackar Magalhães afirmou que também seria contrário a criação do prêmio e ressaltou que

640 haveria uma legislação avançada, porém, não é cumprida. De posse da palavra, o Sr. Yuri César  
641 Cherman registrou que tomou nota de todas as sugestões e afirmou que a participação da ANAC  
642 nessa reunião seria voluntária e possui o propósito de melhorar o transporte aéreo para as pessoas  
643 com deficiência. Compreendeu que as discussões realizadas têm sido proveitosas e esclareceu que a  
644 premiação proposta não seria vinculada ao cumprimento de regras, mas para criação de inovação e  
645 de novas medidas. Finalizando, registrou que a ANAC estaria à disposição. Prosseguindo, passou-se  
646 à exposição sobre o Projeto Caminho Digital. O Sr. Denis Freitas, Subsecretário de Capital Humano  
647 da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, realizou a sua autodescrição e  
648 relatou que o Projeto Caminho Digital é uma iniciativa do MTP voltada para a qualificação em  
649 tecnologias digitais. Apresentou breve contextualização do ambiente em que o projeto surgiu e  
650 comentou que possui como objetivos: promoção da transformação digital do trabalhador brasileiro;  
651 desenvolvimento de habilidades digitais para auxiliar o trabalhador a retornar ao mercado de  
652 trabalho, conseguir uma nova colocação, ascender na empresa em que trabalha ou melhorar seu  
653 pequeno negócio; indução dos jovens ao uso da tecnologia no ambiente de trabalho; formação de  
654 novos profissionais para o setor de TI; e ser o maior programa de capacitação em habilidades  
655 digitais do Brasil. Solicitou que a sociedade civil se mobilize para trazer público para esse projeto,  
656 destacando que existe um potencial de 5,5 milhões de vagas, sendo que foram preenchidas apenas  
657 cerca de 320 mil. Explicou como é funcionamento do projeto e apresentou resumo dos cursos  
658 disponíveis na plataforma. Relatou que, até o momento, 320.898 pessoas preencheram o cadastro,  
659 84.147 iniciaram algum curso, 57.586 concluíram algum curso, 43.238 concluíram uma trilha,  
660 21.798 mulheres capacitadas e 1.494 pessoas com deficiência concluintes. Destacou que o projeto  
661 continua aberto para a sociedade e estariam fazendo movimento para trazer novos conteúdos.  
662 Apresentou os dados da empregabilidade quantitativas e qualitativas, explanando que 13,93% dos  
663 concluintes conseguiram novo emprego, sendo 5,4% na área tecnológica. Por fim, realizou a leitura  
664 de alguns depoimentos de pessoas que realizaram os cursos. Logo após, franqueou-se a palavra para  
665 os conselheiros e conselheiras do CONADE para manifestações. Com a palavra, a Conselheira  
666 Deusina Lopes da Cruz comentou que a proposta vai ao encontro de algumas expectativas  
667 existentes e discorreu sobre o Auxílio Inclusão e o BPC Trabalho trazidos pela atualização da lei do  
668 Benefício de Prestação Continuada (BPC), ponderando que, nesse sentido, seria importante os  
669 cursos apresentados. Recomendou que o MTP se aproximasse do Ministério da Cidadania,  
670 responsável pelo Política Nacional de Assistência Social, para que esse público também possa ser

671 incentivado. Convidou as entidades para divulgar essa estratégia internamente e identificar quais  
672 são as dificuldades dos seus usuários para otimizar essa oferta. A Conselheira Reisle Josyane de  
673 Araújo Costa de Moura Dias solicitou que o projeto fosse colocado na agenda da CCS para  
674 monitoramento e disponibilização nas redes sociais e páginas do CONADE. O Conselheiro Daniel  
675 Faganello parabenizou pela iniciativa e solicitou esclarecimentos sobre a acessibilidade da  
676 plataforma e sobre os níveis de deficiência das pessoas que já realizaram algum curso. O  
677 Conselheiro Cesar Ackar Magalhães sugeriu a busca de parcerias, inclusive, como o governo  
678 federal para disponibilização de computadores para os cursos e a Conselheira Ester Alves Pacheco  
679 colocou a FENAPAES à disposição para divulgação do projeto. O Conselheiro Carlos Eduardo  
680 Ferrari discorreu que seria interessante realizar uma discussão sobre a possibilidade de integração  
681 da Plataforma Ágora Brasil da ONCB com o projeto apresentado. Com a palavra, o Sr. Denis  
682 Freitas esclareceu que o *site* foi construído pela Microsoft com base nas diretrizes de acessibilidade  
683 do governo federal e sugeriu que os próprios membros do CONADE utilizem a plataforma para  
684 analisar se haveria a necessidade de melhorias, para que as adaptações possam ser feitas. Explanou  
685 que o MTP está fazendo diversas articulações com instituições públicas e privadas, exemplificando.  
686 Afirmou que o Ministério estaria aberto em dialogar com as instituições que possuem iniciativas  
687 similares e que queiram se integrar ou auxiliar de alguma forma. O Vice-Presidente Décio Gomes  
688 Santiago agradeceu pelos esclarecimentos e esgotada a pauta da parte da manhã, concedeu a  
689 suspensão da reunião para cumprimento do horário de almoço. Realizada a pausa para o almoço,  
690 houve o reinício dos trabalhos com a instalação do Plenário. Verificado o quórum, o Presidente  
691 Cláudio de Castro Panoeiro solicitou que fosse realizada a leitura da pauta do período da tarde. A  
692 Sra. Daniella Martins da Silva, realizou a leitura da pauta, que estava composta pelos seguintes  
693 itens: 14h – Instalação do Plenário; 14h30 - Acessibilidade em transportes interestaduais e  
694 municipais – ANTT; 15h30 - Demora na concessão de benefícios previdenciários; 16h30 - Redação  
695 do PL sobre Cão de Serviço; 17h30 - Informes Gerais; 18h – Encerramento. Dando início aos  
696 trabalhos, passou-se à exposição sobre a acessibilidade em transportes interestaduais e municipais  
697 pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O Conselheiro Nilton de Melo Vieira  
698 iniciou a apresentação relatando sobre os aspectos da acessibilidade no âmbito de atuação da ANTT  
699 e do Passe Livre. Destacou e explicou sobre os principais pontos das seguintes legislações: Lei nº  
700 10.233/2001 de criação da ANTT; Resolução ANTT nº 3.871/2012, que estabeleceu procedimentos  
701 a serem observados pelas empresas transportadoras para assegurar as condições de acessibilidade

702 das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços de transporte  
703 rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providência (marco importante  
704 para a ANTT para tratar das questões das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida);  
705 Decreto nº 10.157/2019 que instituiu a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário  
706 Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros; e Lei nº 10.257/2001 que cria o Estatuto da  
707 Cidade. Apresentou comparativo das atribuições da ANTT e da prefeitura em relação as normas de  
708 acessibilidade e, em seguida, indicou o que competiria e o que não competiria a ANTT. Na  
709 sequência, elencou as melhorias que estariam sendo implantadas ou em estudo no processo de  
710 concessão do Passe Livre, sendo: informatização do sistema; interligação com a base de dados do  
711 Cadastro de Inclusão, do Cadastro Único e do BPC; elaboração de proposta normativa que não exija  
712 o cadastramento do acompanhante; e ampliação do prazo de validade da credencial. Exibiu o  
713 mapeamento do processo para a entrega do novo sistema SGPL e informou sobre a realização da  
714 Audiência Pública nº 6/2022 que trata da regulamentação da prestação de serviço de transporte  
715 rodoviário interestadual de passageiros e abordará praticamente todos os aspectos relacionados ao  
716 tema, salientando que todos podem contribuir por meio do *link*: <https://participaantt.gov.br/>. Por  
717 fim, acessou o *link* da audiência pública para demonstração e a página com as explicações para  
718 participação e realizou comparativo entre a resolução atual e a proposta de resolução, ponderando  
719 que houve maior preocupação do quadro técnico da ANTT em trabalhar a questão das gratuidades.  
720 Em seguida, abriu-se para a manifestação dos conselheiros e conselheiras do CONADE. O  
721 Conselheiro Cesar Ackar Magalhães solicitou que as resoluções apresentadas ao final da exposição  
722 fossem compartilhadas no grupo de *WhatsApp* e parabenizou pela apresentação. Solicitou também  
723 que o CONADE o indicasse como representante para participar da audiência pública. Diante a  
724 manifestação, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro submeteu ao Plenário a participação do  
725 CONADE na audiência pública com a indicação do Conselheiro Cesar Ackar Magalhães como  
726 representante. Não havendo manifestações em contrário, aprovou-se por unanimidade. O  
727 Conselheiro Daniel Faganello questionou sobre os dispositivos exigidos de acessibilidade para  
728 transporte interestadual que deveriam ter sido implementados em 2018. O Conselheiro Nilton de  
729 Melo Vieira esclareceu que não teria essa resposta neste momento e que enviaria pelo grupo assim  
730 que tivesse a informação. Ponderou que todos os veículos autorizados devem ter as condições de  
731 acessibilidade previstas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Vice-  
732 Presidente Décio Gomes Santiago parabenizou pela apresentação e manifestou que existem muitas



733 reclamações de pessoas com deficiência em relação ao embarque e à disponibilização de passagens.  
734 Salientou a importância da proposta apresentada referente ao acompanhante e afirmou que a  
735 FCD/BR estaria à disposição para fortalecer essa política junto ao CONADE. Ato contínuo, passou-  
736 se a exposição do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sobre a demora na concessão de  
737 benefícios previdenciários. O Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires, Coordenador-Geral de  
738 Relacionamento com o Cidadão do INSS, realizou a sua autodescrição e registrou a presença da  
739 Sra. Késia Miriam Santos de Araújo, Chefe de Coordenação de Serviços Previdenciários do INSS, e  
740 da Sra. Patrícia, Coordenadora-Geral de Reconhecimento de Direitos do INSS. Iniciou a exposição  
741 apresentando os principais benefícios relacionados à pessoa com deficiência ofertados pelo INSS,  
742 sendo eles: BPC, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Aposentadoria por Idade e Auxílio  
743 Inclusão. Dos usuários que solicitam o BPC, explanou que o principal canal de requerimento  
744 utilizado seria o Aplicativo “Meu INSS”, seguido por Central 135, Acordos de Cooperação Técnica  
745 (ACTs) e Agência de Previdência Social (APS). Expôs gráfico com a evolução dos requerimentos  
746 do BPC, explanando que havia média de 70 mil requerimentos solicitados mensalmente antes da  
747 pandemia e, posteriormente, houve aumento de 30%. Expôs também gráfico referente aos  
748 requerimentos do BPC por tipo de atendimento, no qual se percebeu alteração no fluxo de  
749 solicitações que migraram das ACPs para a plataforma. Destacou que a transformação digital do  
750 INSS foi fundamental para a ampliação dos serviços e, em seguida, apresentou o cenário de análise  
751 atual, discorrendo que existem 543.918 requerimentos de BPC e 17.154 requerimentos de  
752 Aposentadorias da Pessoa com Deficiência pendentes de análise. Acrescentou que o tempo médio  
753 concessão do BPC seria de 297 dias, 190 dias para os exames periciais e 72 dias para avaliação  
754 social, porém, afirmou que o INSS tem estabelecido, dentro do seu plano de ação para 2022, a  
755 redução do tempo médio da avaliação social para 60 dias. Elencou como medidas adotadas para  
756 melhoria: reabertura de agências, capacitação de servidores, redução do estoque e automatização,  
757 sendo que para alcançar esses objetivos dentro do BPC foram estabelecidas como ações:  
758 autorização do requerente para utilização do CadÚnico, declaração do comprometimento de renda e  
759 agendamento das avaliações pelo próprio requerente. Indicou outras medidas para redução do  
760 estoque, como: avaliação social média, Programa Especial (MP nº 1.113/2022) e Avaliação Social  
761 remota. Informou que o número dos servidores existente no INSS seria insuficiente para atender  
762 toda a demanda recebida, destacando a importância da MP nº 1.113/2022 nesse aspecto. Apresentou  
763 como outras melhorias a alteração da Portaria nº 982 para trazer o acompanhamento de interprete e

764 tradutor de libras durante o atendimento; implementação da gratuidade nas ligações de celular para  
765 a Central 135 com previsão a partir de setembro/2022 e Certificação da Pessoa com Deficiência.  
766 Explanou sobre o esforço feito pelo INSS para redução do estoque de requerimentos, ponderando  
767 que haveria um movimento de queda intensificada do estoque do BPC e da aposentadoria a partir do  
768 mês de junho 2022. Encerrado a apresentação, abriu-se para manifestações do Plenário. Com a  
769 palavra, o Conselheiro Joelson Costa Dias agradeceu pela presença dos convidados, porém,  
770 observou que havia confirmado a presença do Sr. André Rodrigues Veras e do Presidente do INSS  
771 Guilherme Serrano, reforçando a importância de presença das principais autoridades do órgão.  
772 Discorreu que as suas ponderações serão encaminhadas por escrito ao INSS para resposta devido à  
773 falta de tempo hábil e comentou que haveria cerca 2,85 milhões de pessoas na fila aguardando  
774 análise dos seus requerimentos, desse total 865 mil são pedidos de benefícios por incapacidade que  
775 dependem de perícia médica. Entendeu que esse número seria maior, uma vez que não estariam  
776 computadas outras filas, como do Conselho de Recurso da Previdência Social (CRPS), de revisão e  
777 manutenção de benefícios e certificado de tempo de serviços. Questionou como o CONADE  
778 poderia contribuir para solicitar mais orçamento para realização de concurso público e se o  
779 atendimento para o BPC passou a ser exclusivamente digital. Comentou que o critério de renda do  
780 BPC seria muito mais inclusivo no critério anterior e que a avaliação social no processo de  
781 reconhecimento do direito estaria limitada ao ½ salário mínimo per capita. O Conselheiro Gabriel  
782 Franca do Couto solicitou esclarecimentos sobre o atendimento realizado para a população surda.  
783 Sendo esclarecido que os profissionais seriam fluentes em libras ou capacitados esse atendimento  
784 para realização do atendimento dessa população de todo o país, observou que nem todas as cidades  
785 possuem servidores do INSS interpretes de libras, sendo que haveria apenas servidores com curso  
786 básico em libras que não proporcionam atendimento de qualidade. O Presidente Cláudio de Castro  
787 Panoeiro alegou que, na condição de Secretário, estariam abertos a aperfeiçoar e contribuir com o  
788 INSS para melhorar o atendimento à comunidade surda. O Conselheiro Nilton de Melo Vieira  
789 discorreu que a Coordenação do Passe Livre utiliza os dados do BPC e tem verificado com  
790 frequência a instabilidade para a consulta desses dados, questionando quais as medidas que estariam  
791 sendo tomadas. Em resposta, o Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires explanou que a instabilidade  
792 trazida pela implementação realizada no cadastro já teria sido resolvida e relatou que todas as  
793 situações de inconsistências estão sendo publicadas por meio do *site* do INSS. A Conselheira  
794 Laudeci Vieira dos Santos sugeriu que o CONADE solicitasse nova apresentação do INSS

795 incluindo as informações sobre a concessão de benefícios para pessoas com doenças referentes à  
796 avaliação remota em *home care*, certificação da pessoa com doença rara, garantia em relação aos  
797 direitos do INSS e cenário de análise. Sugeriu também que a ANTT também traga dados nesse  
798 mesmo sentido. O Sr. Emerson Jorge da Cruz Pires esclareceu que a identificação de pessoa com  
799 doença rara apenas seria realizada na avaliação médica, não sendo possível identificar o número de  
800 requerimento aguardando análise para esse público. O Conselheiro Nilton de Melo Vieira explicou  
801 que a ANTT faria apenas a avaliação do laudo médico para concessão do Passe Livre, todavia, seria  
802 possível a identificação por meio da extração de dados da Classificação Estatística Internacional de  
803 Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro  
804 agradeceu a presença dos convidados e alegou que as questões pendentes serão encaminhadas pelo  
805 CONADE ao INSS para os esclarecimentos. Prosseguindo, passou-se a explanação referente à  
806 redação do PL sobre Cão de Serviço. O Sr. Sérgio Paulo da Silveira Nascimento, Coordenador-  
807 Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, iniciou a explanação discorrendo que o PL  
808 10.286/2018 (PLS 411/2015) expande o escopo da Lei do Cão Guia, trazendo ao direito ao  
809 acompanhamento de cães de assistência a todas pessoas com deficiência. Acrescentou que a lei  
810 também altera a localização na qual esse direito se dá, substituindo os estabelecimentos públicos e  
811 privados para locais públicos ou privados. Informou que o PL foi aprovado no Senado Federal em  
812 2018 e atribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; Defesa dos Direitos das Pessoas  
813 com Deficiência; e Constituição, Justiça e Cidadania, sendo que as relatorias atribuídas não  
814 emitiram relatório desde 2018. Relatou que nesse momento o projeto encontra-se sem atribuição de  
815 relatoria na Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo como possível motivo o  
816 excesso de apensados. Comentou que o PL 33/2022 seria um apensado crítico, uma vez que propõe  
817 a elaboração de nova lei, a qual traz direito ao acompanhamento de cão de apoio emocional para as  
818 pessoas com deficiência mental, intelectual ou sensorial e possibilita a equiparação ao cão de apoio  
819 emocional os animais domésticos de pequeno porte pelas companhias aéreas com preservação da  
820 segurança do voo. Apresentou reportagem da CNN sobre os sérios problemas trazidos pela  
821 possibilidade de animais de apoio emocional transitarem com os seus tutores em aeronaves nos  
822 Estados Unidos, salientando que a ANAC estaria muito preocupada com a aprovação do PL  
823 33/2022. Com relação à análise do PL 10.286/2018 pela SNDPD, ponderou que, dos 24 apensados,  
824 12 estão prejudicados, quatro têm posicionamento contrário, dois não são conexos, três são  
825 meritórios (mas dificultam a aprovação) e dois estão pendentes de análise. Diante essa questão,

826 discorreu que a sugestão de encaminhamento seria desapensação do PL 33/2022 e tramitação  
827 conjunta com os meritórios (PL 7341/2012, PL 7955/2013 e PL 359/2022), para maior  
828 amadurecimento da discussão sobre apoio emocional e rápida aprovação do PL 10.286/2018. Com a  
829 palavra, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Chefe da Assessoria Parlamentar, relatou que o  
830 PL 10.286/2018 seria visto por alguns parlamentares do Congresso Nacional como polêmico,  
831 entretanto, postulou que a Secretaria de Governo, por meio dos subsídios dados pelo MMFDH,  
832 estaria empenhada em transformá-lo em lei mais rápido possível. Informou que estaria sendo feito  
833 diálogo com a assessoria do Deputado Coronel Tadeu para que retome a relatoria do projeto, visto  
834 que possui parecer finalizado. Saneando as discussões, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro  
835 notificou que as companhias áreas tem apresentado à SNDPD sugestão de construção de cadastro de  
836 animais para facilitar o embarque de animais de apoio emocional com os seus tutores, questionando  
837 se essa questão seria considerada alteração de conteúdo e significaria o retorno do projeto ao  
838 Senado. Em resposta, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro esclareceu que qualquer alteração de  
839 dispositivo que não seja meramente redacional seria considerada alteração de matéria e deve retornar  
840 ao Senado para nova avaliação. Ato contínuo, passou-se aos informes gerais. O Presidente Cláudio  
841 de Castro Panoeiro registrou que a próxima Reunião Ordinária do CONADE realizar-se-á nos dias  
842 31 de agosto a 2 de setembro de 2022. Explanou que as contribuições para elaboração da pauta  
843 poderão ser encaminhadas à Coordenação-Geral do CONADE até o dia 17 de agosto. Retomou os  
844 encaminhamentos realizados de cadastramento para participação na audiência pública do STF sobre  
845 o rol taxativo da ANS e na audiência pública referente ao Passe Livre. Por fim, registrou o seu  
846 agradecimento ao trabalho realizado pela Sra. Izana Aparecida Barbosa Figueira no CONADE, que  
847 deixará o Conselho para se dedicar ao setor de parceria da SNDPD. A Sra. Izana Aparecida Barbosa  
848 Figueira agradeceu pela explanação e discorreu que está muito feliz por sair do CONADE para se  
849 dedicar a outra área, afirmando que continuará à disposição. **ENCERRAMENTO:** Feitos os  
850 agradecimentos pelos demais conselheiros ao trabalho da Sra. Izana Aparecida Barbosa Figueira e  
851 não havendo mais nenhum item a ser tratado, o Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu a  
852 presença de todos e encerrou a 128ª Reunião Ordinária do CONADE.

853

854

855

856

857

858

**Cláudio de Castro Panoeiro**

859

**Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

860

861

862

863

864

Julho de 2022